

BOLETIM 201

Brasília, 5 de setembro 2016

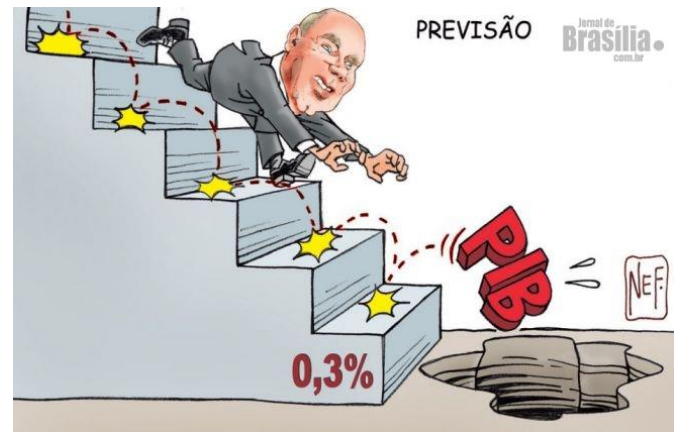
PIB fecha 2º trimestre com queda de 0,6% e no ano despenca 4,6%

Os números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o Produto Interno Bruto (PIB) apontam que a recessão continua de vento em popa em todas as bases de comparação. No acumulado do ano (janeiro a junho), o PIB despencou 4,6%, em relação ao mesmo período do ano passado, com a indústria recuando 5,2%, serviços caindo 3,5% e a agropecuária com retração de 3,4%. Em valores correntes, o PIB no segundo trimestre de 2016 alcançou R\$ 1,530 trilhão.

Sob a ótica da demanda interna, nessa base de comparação, o investimento – Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – teve queda de 13,3%, o consumo das famílias caiu 5,6% e o consumo do governo recuou 1,9%.

A taxa de investimento (FBCF/PIB) no segundo trimestre deste ano foi de 16,8% do PIB, o menor resultado para o segundo trimestre desde 2003, quando havia ficado em 16,4%, de acordo com a gerente de contas trimestrais do IBGE, Claudia Dionísio. Já a taxa de poupança (POUP/PIB) ficou em 15,8% no segundo trimestre.

No acumulado em quatro trimestres, o PIB teve contração de 4,9%; no segundo trimestre, em relação o mesmo período do ano anterior, o PIB recuou 3,8%.



No segundo trimestre, ante o trimestre anterior, o PIB ficou negativo em 0,6%, o sexto resultado negativo consecutivo nesta base de comparação. [Respectivamente, a agropecuária e serviços caíram 2,0% e 0,8%, enquanto a indústria e a FBCF tiveram ligeiros aumentos de 0,3% de 0,4%, respectivamente. O consumo das famílias caiu 0,7% e do governo recuou 0,5%.

Na indústria, houve variação negativa de 0,2% na construção civil. A extrativa mineral e a atividade de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana cresceram, respectivamente, 0,7% e 1,1%. A indústria de transformação (0,0%) manteve-se estável no trimestre.

Conforme a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis, a variação positiva de 0,4% dos investimentos, assim como o resultado da indústria, “não podem ser considerados ‘crescimento’, mas podem estar relacionados ‘à expectativa de melhora’ da economia”.

No cálculo do PIB, também são considerados os números referentes ao setor externo. “Nesse segundo trimestre, o comércio exterior teve contribuição negativa nesta base de comparação [contra o trimestre anterior]. É explicado também porque, na variação cambial, a



gente teve apreciação. No primeiro trimestre estava mais valorizado o câmbio. E quando apreciam, as exportações tendem a ficar menos competitivas e as importações tendem a aumentar”, afirmou Claudia Dionísio.

“Dentre os aspectos favoráveis desse desempenho está o crescimento de 0,3% da indústria geral, sob influência do segmento extrativo (+0,7%). Ainda que tenha sido o único macrossetor a crescer no período [segundo semestre em relação ao primeiro trimestre], é preciso observar que esse resultado positivo é muito pouco expressivo, especialmente depois de quase oito trimestres consecutivos de retração. É sinal, portanto, muito mais de uma estabilização do que de uma recuperação do setor industrial”, avaliou o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI).

“A engrenagem do desemprego e da queda do rendimento real da população, como os dados da Pnad Contínua vem mostrando, está em curso e pode vir, inclusive, a voltar a prejudicar o desempenho industrial, especialmente nos seus segmentos produtores de bens de consumo não duráveis. O declínio de 0,7% do Consumo das Famílias no segundo trimestre do ano é um dos sintomas dessa engrenagem a encolher a demanda interna do país”, acrescentou o instituto.

Indústria ociosa - Alguns economistas apontaram a “retomada da confiança” como um “termômetro” do início da saída da recessão. “A confiança é apenas uma variável, e talvez não a mais importante. A capacidade ociosa da indústria atualmente é muito grande, e vai ter que se ocupar toda antes de investir”, disse o professor Guilherme Mello, do Centro de Conjuntura da Unicamp, para quem “os dados, olhados com

frieza, não indicam um cenário de verdadeira recuperação”. “O máximo que se pode extrair deles é que o ritmo de queda diminuiu e tende a uma estabilização. Daí a chamar isso de recuperação é extrapolar o que os dados mostram”.

Mello destacou que previsão de crescimento em 2017 é consequência do nível baixo atingido pela economia nos anos anteriores: “Esse crescimento previsto em torno de 1% é sobre uma base muito baixa. Em tese, quando se tem anos de recessão fica muito mais fácil crescer”.

Segundo análise do professor da Unicamp, estabelecer um teto para o aumento de despesas públicas “pela regra Temer-Meirelles vai dar contribuição real zero” para o crescimento do PIB.

Levantamento da agência Austin Rating, que comparou o PIB de 34 países no segundo trimestre, dentre os já divulgados, o Brasil ficou exatamente em último lugar. Em primeiro está a Índia, com crescimento de 7,1% na comparação com o mesmo trimestre do ano passado, seguido das Filipinas e China, com avanços de 7% e 6,7%, respectivamente.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Indústria tem expansão de 0,1% em junho

Mesmo ficando praticamente estável em relação a junho, a indústria brasileira fechou julho com expansão de 0,1%, o quinto resultado positivo consecutivo neste tipo de comparação, acumulando – de março a julho - crescimento de 3,7%, na série livre de influências sazonais.



Os dados fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal Produção Física – Brasil divulgada sexta-feira (2) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Apesar dos indícios de reversão de tendência no comportamento do setor, com resultado de julho, a indústria brasileira ainda apresenta um quadro predominante negativo, fechando os primeiros sete meses do ano ainda com resultado negativo de menos 8,7%.

No acumulado dos últimos doze meses o quadro se repete: queda de 9,6%, comparativamente aos doze meses imediatamente anteriores – a maior queda desde os 10,3% de outubro de 2009.

Pesquisa constata retração - Em relação a julho do ano passado, o resultado da indústria indica em junho deste ano retração de 6,6%, neste caso a 29ª taxa negativa consecutiva neste tipo de comparação e mais intensa do que a observada no mês anterior, de -5,8%.

Nesses confrontos, segundo o IBGE, houve predomínio de taxas negativas entre as grandes categorias econômicas e as atividades pesquisadas, com destaque para as perdas mais acentuadas vindas dos setores associados à produção de bens de consumo duráveis e de bens de capital.

Categorias - A ligeira expansão de 0,1% na produção industrial brasileira, de junho para julho, reflete o avanço em duas das quatro grandes categorias e em 11 dos 24 ramos de atividades analisados pelo IBGE.

Entre as grandes categorias econômicas, ainda na comparação com o mês imediatamente anterior, o item bens de consumo duráveis, ao avançar 3,3%, mostrou a expansão mais acentuada em julho de 2016 e marcou a terceira

taxa positiva consecutiva, acumulando ganho de 11,7% nesse período. Também o segmento de bens intermediários fechou positivo ao crescer 1,6% de junho para julho e intensificando a expansão observada no mês anterior: 0,8%.

Em contrapartida, os setores que produzem bens de capital e bens de consumo duráveis registraram resultados negativos impedindo uma expansão mais consistente do parque fabril. No caso do setor de bens de capital, a queda foi mais expressiva: -2,7%; enquanto bens de consumo semi e não duráveis fecharam em queda de 1,9%.

A queda verificada no setor de bens de capital em julho interrompeu seis meses consecutivos de crescimento na produção, período em que o setor acumulou avanço de 14,7%. Já bens de consumo semi e não duráveis voltaram a recuar, após ter crescido 0,9% em junho.

Alimentos em alta - Do ponto de vista das atividades, o acréscimo de 0,1% da indústria reflete - na passagem de junho para julho - expansão em 11 dos 24 ramos pesquisados, com destaque para o avanço de 2% registrado por produtos alimentícios, interrompendo dois meses consecutivos de queda na produção, quando acumulou perda de 6,4%.

O IBGE ressaltou, ainda, que contribuições positivas importantes vieram de indústrias extrativas (1,6%), equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (5,8%), metalurgia (1,6%), coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (0,4%) e produtos de borracha e de material plástico (1,3%).

Já entre os treze ramos que reduziram a produção no mês, os desempenhos de maior relevância vieram de perfumaria, sabões,

produtos de limpeza e de higiene pessoal (-2,8%), produtos farmacêuticos e farmacêuticos (-7,3%), veículos automotores, reboques e carrocerias (-1,7%) e artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (-6,%).

Fonte: Agência Brasil

Economistas querem retomada do crescimento com inclusão social

Economistas divulgaram sábado (3) carta defendendo uma retomada do crescimento econômico que preserve a inclusão social dos últimos anos e avance na distribuição de renda. “O Brasil precisa retomar o quanto antes o crescimento econômico, mas não a qualquer preço”, afirma o comunicado do Sistema Cofecon/Corecon, que reúne os conselhos federal e regionais de economia.

Os representantes dos conselhos estiveram reunidos até sexta-feira (2) em Natal e debateram os desdobramentos econômicos e sociais da mudança de governo. No último dia 31, o Senado Federal aprovou, por 61 votos a 20, o afastamento definitivo da ex-presidente Dilma Rousseff. Com a decisão, Michel Temer, vice na chapa de Dilma, passou de presidente interino e efetivo.

Segundo a carta dos economistas, o motivo da “avassaladora pobreza” no Brasil é “a enorme concentração de renda”. Como mecanismo que possibilita a concentração, o documento cita o modelo tributário.

Modelo tributário - “Não há como atender às crescentes demandas sociais sem



mexer no nosso arcaico modelo tributário, na qual 72% da arrecadação de tributos se dão sobre o consumo (56%) e sobre a renda do trabalho (16%), ficando a tributação sobre a renda do capital e a riqueza com apenas 28%, na contramão do restante do mundo”, afirma o documento.

O comunicado ressalta que, optando pela Constituição de 1988, os brasileiros escolheram um sistema de seguridade social e educação pública e isso “naturalmente demanda crescentes recursos”. Os economistas criticam o fato de os gastos públicos serem apontados como vilões da crise econômica.

“É este sistema [de seguridade] que impede que, mesmo com forte queda do PIB [Produto Interno Bruto, soma das riquezas de um país] e do nível de emprego, não tenhamos hordas de flagelados, saques de supermercados e quebra-quebra nas periferias das metrópoles”, diz o documento.

Os economistas criticam a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que vincula o crescimento dos gastos públicos à inflação do ano anterior. Acreditam, ainda, que as anunciadas reformas da Previdência e trabalhista podem trazer “injustiças” e “incertezas”.

Fonte: Portal EBC



Com país em recessão, Copom mantém taxa de juros elevada

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central manteve, pela nona vez seguida, os juros básicos da economia, a taxa Selic, em 14,25% ao ano – o maior patamar em dez anos.

Mesmo após uma queda de 3,8% no Produto Interno Bruto (PIB) ano passado, recuo de 0,6% no segundo trimestre deste ano (ver matéria nesta página) e perspectivas de que a economia encolha mais 3% este ano, o BC continua praticando a maior taxa de juros reais do mundo.

Juro real - Segundo estudo realizado pela consultoria MoneYou/Infinity Asset Management, o juro real (descontada a inflação projetada para doze meses) no Brasil em agosto é da ordem de 7,63% ao ano. O segundo colocado no Ranking Mundial de Juros Reais é a Rússia, com uma taxa de 2,98% e a média geral entre 40 países está negativa em -1,6%.

“As incertezas sobre o crescimento da economia global e, especialmente, sobre a normalização das condições monetárias nos EUA persistem; a inflação corrente segue pressionada, e vem recuando em ritmo mais lento que o esperado”, afirmou o BC em nota que comunicou a decisão no mesmo dia em que o IBGE anunciava a queda de 0,6% do PIB no segundo trimestre, uma queda maior do que a do primeiro trimestre quando caiu 0,4%.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Temer vai precisar de aliados fiéis para aprovar medidas impopulares na área econômica

Em pouco mais de três meses de interinidade, o presidente Michel Temer conseguiu forjar uma base aliada na Câmara dos Deputados de tamanho semelhante a que o presidente Itamar Franco (1992-1995) conquistou após o impedimento de Fernando Collor.

O principal desafio de Itamar foi seu plano de estabilização monetária que culminou no Plano Real, em 1994, e teve principalmente a oposição do PT. Temer, sucessor da petista Dilma Rousseff, terá de manter aliados fiéis no Congresso a fim de aprovar medidas impopulares na área econômica.

O segundo presidente brasileiro que assume após um processo de impeachment desde a redemocratização de 1988 terá, no limite, 2 anos e 4 meses para votar a Proposta de Emenda à Constituição do Teto dos Gastos (PEC 241/2016) e a reforma da Previdência. Aliados, porém, estimam que o governo tem até o fim de 2017 para passar a agenda no Legislativo, uma vez que, em 2018, as atenções estarão voltadas para as eleições.

Apoio consistente, condicionado e oposição - Projeção feita pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), entidade que há mais de 30 anos acompanha as atividades do Congresso Nacional, indica que o governo Temer poderá ter o apoio “consistente” de 236 deputados. Essa composição engloba os parlamentares de partidos que têm uma

identidade maior com o governo e que, em tese, devem dar maior respaldo à agenda de votações. São compostos principalmente por PMDB, PSDB, DEM e PPS.

Há também outros 178 apoios “condicionados”, formados por legendas que, para aprovar iniciativas impopulares, terão de receber compensações do Executivo. Nessa lista, constam siglas do Centrão, como PP, PSD e PTB, e agremiações menores. Temer terá a oposição declarada de 98 deputados, centralizados especialmente no PT, PCdoB e PDT.

Para o diretor do Diap, Antônio Augusto de Queiroz, se quiser aprovar as reformas constitucionais, que precisam na Câmara de pelo menos 308 votos dos 513 deputados, Temer vai precisar do apoio de 70% dos parlamentares do Centrão. Também terá, em sua avaliação, de não propor mudanças muito agressivas para reequilibrar as contas públicas em curto prazo. “Se não houver uma certa calibragem, o risco é de que nada venha a ser aprovado”, afirmou Queiroz.

Pressão - O governo votará as reformas em meio a cobranças – principalmente de tucanos – de compromisso com o ajuste fiscal, após a aprovação de uma série de concessões na interinidade que levaram o PSDB a desconfiar de motivação eleitoral de Temer e do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

“Tenho confiança de que Temer sabe que o compromisso dele é com a história”, disse o presidente do PSDB, senador Aécio Neves (MG). O partido aliado quer ainda apoio do governo ao candidato da legenda a presidente da Câmara.

A oposição liderada pelo PT com a adesão de entidades sindicais também vai reagir a eventuais mudanças do governo. Some-se a isso ainda a resistência de senadores à gestão Temer –



menor, porém, entre os deputados. No Senado, o governo precisa reunir ao menos 49 dos 81 votos.

Agenda Temer - O primeiro desafio do Planalto é aprovar a PEC do Teto dos Gastos, medida que pretende controlar o aumento das despesas públicas. A proposta foi encaminhada ao Legislativo em junho, mas pouco andou. A expectativa do governo é de que seja aprovada até o fim deste ano, para que entre em vigor já a partir de 2017.

“Não tem outro caminho, se não reduzirmos a despesa pública, o quadro econômico vai deteriorar. Qualquer remendo só vai agravar o quadro do paciente”, disse o deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS), aliado de Temer e que foi escolhido para relatar a PEC na comissão especial.

“Ou o governo abre algum tipo de negociação ou a PEC do Teto não vai passar”, afirmou o líder do PT e ex-ministro de Lula, senador Humberto Costa (PE).

Em setembro, logo após o impeachment, Temer deverá encaminhar ao Congresso a reforma da Previdência que deverá conter, entre outras medidas, a fixação de idade mínima e uma regra de transição que aumentará entre 40% e 50% o pedágio a mais de trabalho para a aposentadoria. A intenção do Planalto é usar o próximo ano para apreciá-la no Legislativo.



“O governo tem todas as condições e maioria para isso”, afirmou o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Com IstoÉ Dinheiro.

Fonte: Diap

INSS fará revisão de benefícios de 1,6 milhão segurados

Os beneficiários do INSS que recebem auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez vão ter cinco dias úteis para marcar perícia após receber a carta convocando para o pente fino da Previdência.

O Instituto Nacional de Seguro Social publicou a resolução com as regras para a revisão do benefício. Serão convocados 530 mil beneficiários com auxílio-doença e 1,1 milhão aposentados por invalidez com idade inferior a 60 anos.

O INSS vai mandar uma carta e o beneficiário tem cinco dias úteis para marcar a perícia pela central de telefone 135. Se não atender o chamado do INSS, o benefício será cortado até que a pessoa agende a nova perícia.

Os primeiros a receberem as cartas vão ser 75 mil beneficiários de auxílio-doença que têm até 39 anos de idade e mais de dois anos de benefício sem passar por exame pericial.

Nos casos de segurados com endereço indefinido ou que vivem em locais onde os Correios não chegam, a convocação será feita por edital publicado em Diário Oficial.

Quando se constatar que a pessoa estaria capacitada ao trabalho, o benefício será cortado

sem necessidade de manifestação prévia. O objetivo do governo é cortar benefícios que estariam irregulares e economizar dinheiro.

Fonte: Portal EBC

Quatro novas súmulas sobre CTPS, adicional noturno vão compor a jurisprudência

O Tribunal Superior do Trabalho - Pleno editou mais quatro súmulas que vão compor a jurisprudência do TRT da 18ª Região, súmulas 55, 56, 57 e 58.

A Súmula nº 55 dispõe que a rasura na CTPS com aposição do termo ‘cancelado’, por si só, não gera dano moral indenizável. Já a Súmula nº 56 trata da jornada mista preponderantemente noturna. Conforme o TRT, o empregado submetido a esse tipo de jornada tem direito ao adicional noturno e à hora ficta reduzida em relação às horas diurnas subsequentes ao horário legalmente noturno.

A Súmula nº 57 diz que o reconhecimento de vínculo empregatício e a consequente anotação da carteira de trabalho não estão sujeitos ao corte prescricional do art. 11 da CLT. Por fim, a Súmula nº 58 se refere às pausas previstas no quadro 1 do anexo 3 da NR-15 para trabalho a céu aberto. Súmulas do TRT18As súmulas do TRT18 são editadas após requerimento de Uniformização de Jurisprudência quando há divergência de decisões proferidas pelas Turmas do Tribunal quanto à interpretação



de determinada norma jurídica. As súmulas conferem maior estabilidade, celeridade e uniformidade às decisões judiciais.

SÚMULA Nº 55 - CTPS. REGISTRO DO CONTRATO DE TRABALHO. APOSIÇÃO DO TERMO 'CANCELADO'. DANO MORAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. A rasura da CTPS pela aposição do termo 'cancelado' sobre o registro do contrato de trabalho não gera, por si só, dano moral indenizável. (RA nº 095/2016 – DEJT 29.08.2016)

SÚMULA Nº 56 - JORNADA MISTA PREPONDERANTEMENTE NOTURNA. ADICIONAL NOTURNO E HORA FICTA REDUZIDA. EXTENSÃO ÀS HORAS DIURNAS. O empregado submetido à jornada mista preponderantemente noturna – assim considerada aquela cuja duração compreenda mais da metade do horário legalmente noturno – tem direito ao adicional noturno e à hora ficta reduzida em relação às horas diurnas subsequentes ao horário legalmente noturno, assim como ocorre em relação às horas de prorrogação de jornadas integralmente noturnas, a que se refere o item II da Súmula 60 do TST. (RA nº 096/2016 – DEJT 29.08.2016)

SÚMULA Nº 57 - PRESCRIÇÃO. UNICIDADE CONTRATUAL. ANOTAÇÃO DA CTPS. NATUREZA DA PRETENSÃO (ART. 11, § 1º, DA CLT). O reconhecimento de vínculo empregatício e a consequente anotação de CTPS, dada a natureza declaratória, não estão sujeitos ao corte prescricional (art. 11, § 1º, da CLT). (RA nº 097/2016 – DEJT 29.08.2016)

SÚMULA Nº 58 - TRABALHO A CÉU ABERTO. CALOR. PAUSAS PREVISTAS NO QUADRO 1 DO

ANEXO 3 DA NR-15. NÃO CONCESSÃO. DIREITO ÀS HORAS EXTRAS CORRESPONDENTES. A não concessão ou a concessão parcial das pausas previstas no Quadro 1 do Anexo 3 da NR-15, do Ministério do Trabalho e Emprego, não enseja o pagamento do período correspondente como labor extraordinário, porquanto apenas caracteriza esteve o empregado exposto ao agente insalubre calor acima dos limites de tolerância. (RA nº 098/2016 – DEJT 29.08.2016)

Fonte: Jusbrasil

AGENDA PRESIDENTE

FRANCISCO CHAGAS COSTA – MAZINHO

Participa, hoje, em Brasília, de reunião do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), que congrega as confederações nacionais de trabalhadores, entre as quais a CONTRICOM. Na pauta, assuntos de interesse do movimento sindical.

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)